

# A LINGUAGEM E A EXPERIÊNCIA HUMANA EM SALA DE AULA

Carmem Luci da Costa SILVA

Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos da Linguagem – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora dos campos de enunciação, de aquisição da linguagem, de texto e de ensino de Língua Portuguesa. E-mail: clcostasilva@hotmail.com.

Carolina KNACK

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Linguagem, especialidade Teorias do Texto e do Discurso, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: carolinaknack@gmail.com.

Aline JUCHEM

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Estudos da Linguagem, especialidade Teorias do Texto e do Discurso, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alinejuchem81@gmail.com.

## **Resumo**

Este trabalho, a partir das reflexões desenvolvidas por Émile Benveniste sobre linguagem, homem, sociedade e cultura (cf. *Problemas de Linguística Geral I e II*), busca constituir uma concepção antropológica-cultural de homem atrelada a uma noção simbólica de linguagem para, a partir disso, deslocar tal reflexão para o espaço de sala de aula, buscando responder à seguinte questão: *considerando que, em uma concepção enunciativa, o discurso é o resultado da conversão da língua pelo locutor, como o aluno, em seu ato de produção de discurso (falado e escrito), faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento?* Para tanto, primeiramente, retomam-se os conceitos enunciativos que fundamentam essa questão e, articulando-os às reflexões do filósofo Agamben, enfatizam-se as noções de *discurso* e de *experiência*. Em seguida, com vistas a problematizar como o homem se experiencia falando e escrevendo, discutem-se a constituição e o funcionamento linguístico-enunciativo dos discursos falado e escrito. Por fim, apresenta-se a análise de fatos de linguagem, constituídos de enunciações falada e escrita de um aluno. Tal percurso evidencia que o locutor-aluno faz renascer o acontecimento e a experiência do acontecimento a partir de suas relações na e com a língua e com o outro, situados na cultura.

## **Palavras-chave**

Enunciação; discurso; experiência.

## **Introduzindo a reflexão**

Este trabalho parte da formulação produzida por Émile Benveniste (1989, p. 99) de que “nada pode ser compreendido que não tenha sido reduzido à língua [...]. É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar por objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza”. Disso resulta que a língua, ao englobar a sociedade, instaura o que o autor chama de um “semantismo social”, que permite a ela, quando colocada em atividade na enunciação, fazer emergir “a variação da referência na estabilidade da significação” (BENVENISTE, 1989, p. 100).

Nessa linha de reflexão, o autor defende que a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a de troca e de diálogo, confere ao discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o outro, recria a realidade. Isso faz com que a comunicação intersubjetiva esteja no centro da língua em ação. *Considerando que, em uma concepção enunciativa, o discurso é o resultado da conversão da língua pelo locutor, como o aluno, em seu ato de produção de discurso (falado e escrito), faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento?* Essa é a questão central que este artigo procura refletir a partir da teorização benvenistiana sobre linguagem, homem, sociedade e cultura.

Com inspiração no filósofo Giorgio Agamben (2012), que dialoga com a reflexão de Émile Benveniste para tratar da relação entre infância e história, buscamos responder à questão de Benveniste (1989, p. 27), “por que indivíduo e sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?”, deslocada para a situação de sala de aula: *como o aluno e outros (professor e colegas), juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?*

Seguindo as trilhas da concepção benvenistiana acerca da linguagem, podemos responder que a possibilidade de o aluno fundar-se nas enunciações faladas e escritas de sua língua materna está na faculdade humana de simbolizar. Essa faculdade simbolizante está na base das funções conceituais e, por conseguinte, da significação.

Assim, neste movimento de reflexão sobre o discurso (falado e escrito) na sala de aula, a partir das relações homem-linguagem/língua-sociedade/cultura, organizamos o texto em três seções: na primeira, constituímos uma concepção antropológico-cultural de homem atrelada a uma noção simbólica de linguagem; na segunda, deslocamos essa teorização linguístico-cultural para pensarmos as enunciações falada e escrita; e, na terceira, refletimos sobre os discursos falado e escrito em sala de aula para “amarrar” a discussão presente nas seções anteriores.

### **1 A experiência humana na linguagem: do homem na língua-discurso**

Na nota sobre o discurso, Saussure (2002, p. 235) escreve: “A língua só é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a *língua entra em ação como discurso?*” Esse questionamento antecipa a preocupação de linguistas, como Émile Benveniste, que buscam justamente responder à questão formulada pelo mestre. De fato, a questão de Saussure suscita outras perguntas: *como a língua entra em ação no discurso? Quem faz a língua entrar em ação como discurso?* A busca de respostas aos questionamentos remete-nos ao centro das problemáticas enunciativas: a experiência humana na linguagem e a inserção do homem na língua.

Considerando a formulação produzida por Benveniste (1995, p. 26) de que “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que ouve apreende primeiro o discurso e, através desse discurso, o

acontecimento reproduzido”, pensamos que a “necessidade de o homem referir” a experiência para possibilitar ao outro correferi-la é o que confere à língua sua dupla natureza, individual e social. Nessa linha de reflexão, o autor defende que a situação inerente ao exercício da linguagem apresenta também uma dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Levando em conta que, em uma concepção enunciativa, o discurso é o resultado da conversão da língua pelo locutor, como quem enuncia faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento? Como os discursos falados e escritos fazem renascer a experiência do acontecimento?

Não há relação direta entre homem e mundo nem entre homem e homem. É somente por meio da linguagem que o homem pode atingir o outro e representar sua relação com o mundo. O comunicar, por esse ponto de vista, é um efeito do fato de o homem colocar a língua em ação, ou seja, é uma consequência de se pôr a língua em ato e de se produzir um discurso, jamais o caráter primordial da linguagem, que é outro bem diferente: significar. Esse ponto fundamental de nossa reflexão ancora-se na proposta benvenistiana que dissocia a linguagem de instrumento:

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um conteúdo, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. (BENVENISTE, 1995, p. 285)

A linguagem é para o semanticista um fato humano: é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural. É na interdependência desse trinômio *língua-cultura-homem* que se enlaça o sistema cultural com o sistema da língua, pois, como afirma Benveniste (1989, p. 22): “tudo que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistema de valores. Da articulação entre valores. Muito bem! Esses valores são os que se imprimem na língua”. É por isso que defende que a cultura é também um sistema que distingue o que tem e o que não tem sentido. É o símbolo que permite que o homem tenha acesso à experiência de outro, e isso, é claro, por meio de uma determinada língua, particular a certa sociedade. Porque o signo não tem relação natural com o que simboliza, é preciso que, para que um locutor tenha acesso à experiência de outro, tenha se instaurado nos símbolos particulares à sociedade em que vive. Trata-se do fato de que

A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. É algo de fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo. Muito bem! Tudo isso é o domínio do “sentido”. (BENVENISTE, 1989, p. 21)

Essa reflexão nos permite redimensionar a tão difundida definição de enunciação como “ato individual de apropriação da língua”. Se pensarmos que há valores culturais que se imprimem na língua, o locutor, quando dela se apropria, transpõe para seu discurso os valores culturais já impressos nessa língua. A questão está em considerar que esse ato individual singulariza uma língua, que carrega interpretações da cultura. Por isso, o discurso como resultado de um ato de enunciação apresenta o modo singular como cada

locutor se relaciona como o que é de ordem geral da língua, concebida como sistema interpretante do sistema de valores culturais. É inserido nessa concepção que Benveniste considera a existência de uma natureza duplamente paradoxal na língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Essa dualidade, para o autor, encontra-se em todas as propriedades da língua e, como tal, manifesta-se na sua conversão em discurso, lugar em que a língua se mostra como interpretante da sociedade. Por distinguir o que tem sentido e o que não tem, a cultura manifesta-se no domínio semântico (no mundo do discurso), mas carregando os valores do domínio semiótico (o mundo do signo). Nesse caso, a definição que Benveniste faz de cultura fundamenta nossa reflexão:

Chamo cultura ao meio humano, tudo o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em interdições específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve. (BENVENISTE, 1995, p. 31-32)

A definição de cultura em Benveniste (1995) diz respeito ao meio humano distinto do cumprimento das funções biológicas, representando o que dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo. A cultura, assim, assume um estatuto de cerceamento, uma vez que a norma institui um modo específico de o homem estar no mundo. Do mesmo modo que podemos reconhecer o que tem e o que não tem sentido no discurso, porque há limites impostos pela ordem da língua, há também restrições ligadas à cultura. Por isso, o filósofo Giorgio Agamben (2012) situa a experiência da linguagem na cisão entre língua e discurso, pois

um ser que já fosse, portanto, sempre falante e estivesse sempre em uma língua indivisa, não existiriam conhecimento, nem infância, nem história: ele estaria sempre unido à sua natureza linguística e não encontraria em nenhuma parte uma descontinuidade e uma diferença nas quais algo como um saber e uma história poderiam produzir-se. (AGAMBEN, 2012, p. 14)

O filósofo constitui sua tese negando a existência de um período anterior à linguagem, pois o homem, em sua existência, não revela jamais um comportamento natural da espécie ao qual possa “regressar”. Toda sua existência se dá na cultura. E, aqui, vemos essencialmente uma das teses benvenistianas, que se centra no fato de que toda a existência do homem se dá na cultura, constitutiva e constituinte na e pela linguagem:

E se digo que o homem não nasce na natureza, mas na cultura, é que toda criança e em todas as épocas, na pré-história a mais recuada como hoje, aprende necessariamente com a língua os rudimentos de uma cultura. Nenhuma língua é separável de uma função cultural. [...] A linguagem tem sempre sido inculcada nas crianças pequenas, e sempre em relação ao que se tem chamado as realidades que são realidades definidas como elementos de cultura, necessariamente. (BENVENISTE, 1989, p. 23-24)

Pensar o estatuto dos discursos produzidos em sala de aula nos encaminha a pensar como um saber e uma experiência na linguagem são produzidos na nossa cultura e seus efeitos nas enunciações de sala de aula: o que foi “inculcado” no aluno? Que história de enunciações carrega? Como o trabalho com língua materna poderá permitir que o aluno continue produzindo um saber sobre a língua e se historicizando na linguagem? Agamben (2012) vê o reconhecimento do sujeito da linguagem como o fundamento da experiência e do conhecimento, já que, conforme Benveniste (1989; 1995), o homem se constitui como sujeito na linguagem e através da linguagem. A partir desse princípio, o filósofo discute a possibilidade de um estado de experiência humana pura, uma espécie de *in-fância*, representação imediata do homem. Mas, ao se indagar acerca dessa possibilidade, adverte: não se pode buscar a *in-fância* antes e independente da linguagem, pois jamais encontramos o homem fora da linguagem. Se pudéssemos encontrar um momento em que houvesse homem sem haver linguagem, poderíamos dizer que ali estaria a experiência pura e muda. Benveniste(1995) mostra que isso não existe, por mais que voltemos no tempo, sempre encontraremos um homem falando com outro homem, uma vez que a condição de existência do homem é a linguagem, como vemos em suas palavras:

Na verdade o homem não foi criado duas vezes, uma vez sem linguagem, e uma vez com linguagem. A ascensão de Homo na série animal pode haver sido favorizada pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade. (BENVENISTE, 1995, p. 29)

De fato, retomando o linguista, vemos que é ingênua a ideia de um período original na história do homem, em que “um homem descobria outro e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem” (BENVENISTE, 1995, p. 285). Trata-se, segundo ele, de pura ficção, pois:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 1995, p. 285)

Ao retomar as obras de Benveniste, Agamben (2012) defende que a experiência humana nada mais é do que o problema da origem da linguagem em sua dupla realidade de língua e discurso, visto não ser a língua que distingue o ser humano dos animais, mas a entrada do homem na língua, o que se dá via discurso. Assim, a historicidade do ser humano encontra seu fundamento na descontinuidade entre língua e discurso, caracterizando de modo exclusivo e fundamental a linguagem do homem, questão anteriormente formulada por Saussure e que marca a experiência de uma infância no próprio homem, reflexão também já ensaiada por Benveniste (1989, p. 66) quando formula que “do signo à frase não há transição [...]. Um hiato os separa”.

Na medida em que tem uma *in-fância*, em que não é já sempre falante, o homem cinde essa língua una e se apresenta como aquele que, para falar, deve constituir-se como sujeito da/na linguagem, ou seja, como quem precisa enunciar. É sempre no ato de

enunciação, no processo de troca, que encontramos a experiência humana inscrita na linguagem.

É produzindo discursos e dialogando com discursos que o aluno pode reencontrar a língua em sala de aula com seu aparato simbólico, pois de outro modo não teria como estar na linguagem e, por conseguinte, na língua. “Se bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (BENVENISTE, 1989, p. 222, grifo do autor) é porque o processo de troca é o que remete a experiência humana inscrita na linguagem a cada reinvenção do discurso, visto que o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora”, ou seja, de nenhum outro meio de experienciar-se vivendo na linguagem senão “pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1989, p. 85).

A reflexão apresentada neste item incita-nos a levantar as seguintes questões: como o homem se experiencia falando e escrevendo? Trata-se da mesma experiência? No item seguinte, buscamos justamente discutir essas distintas experiências.

## **2 Experienciando a enunciação falada e a enunciação escrita**

A questão central que este artigo propõe-se a explorar – *considerando que, em uma concepção enunciativa, o discurso é o resultado da conversão da língua pelo locutor, como o aluno, em seu ato de produção de discurso (falado e escrito), faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento?* –, desenvolvida a partir da reflexão benvenistiana, coloca em relevo sobretudo o estatuto do discurso produzido a partir da enunciação do aluno. Esse discurso pode ser tanto falado quanto escrito e são essas modalidades de enunciação que buscamos discutir neste item.

A possibilidade de explorar a enunciação nessas duas modalidades delinea-se a partir da leitura de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1989), artigo em que Benveniste apresenta os três principais aspectos pelos quais o processo enunciativo pode ser estudado: a realização vocal da língua, a semantização da língua e o quadro formal de realização da enunciação. Ao tratar do primeiro aspecto, o autor pontua que este é o menos visto em relação ao *fenômeno geral da enunciação*, de forma que entendemos ser a realização vocal um *fenômeno específico da enunciação* (cf. KNACK, 2012). Essa tese é corroborada pelo apontamento feito pelo linguista ao final do mesmo artigo, quando afirma que “seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (BENVENISTE, 1989, p. 90), por nós entendidas como *fenômenos específicos da enunciação* (cf. KNACK, 2012).

A enunciação falada e a enunciação escrita constituem-se, assim, como dois modos possíveis de o locutor apropriar-se da língua, nela instanciando a si e ao outro para propor-se como sujeito e atualizar referências em um discurso, falado ou escrito, que expressa a sua certa relação com este outro e com o mundo. Como a “linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem” (BENVENISTE, 1989, p. 93), é por meio do ato de enunciar que o aluno pode fazer (re)nascer os acontecimentos e a sua experiência dos acontecimentos. E isso lhe é possibilitado, considerando o princípio da *intersubjetividade*, por meio de certos *instrumentos* ofertados pelo aparelho formal da língua, os quais são definidos por Benveniste (1989) como os índices específicos (categorias de pessoa, tempo e espaço) e os procedimentos acessórios (por nós entendidos como o processo de sintagmatização das formas, isto é, o modo como o locutor opera suas escolhas, agenciando as formas e as organizando no discurso para constituir sentidos).

Tais *instrumentos*, bem como o próprio *ato* de enunciação e a *situação* em que este se realiza, são mobilizados de forma singular a cada apropriação da língua, levando-se em conta, também, o modo como esta língua, na sua concepção de sistema simbólico-cultural, é atualizada em discurso – se falado, se escrito. Essas modalidades de enunciação, a despeito de seu funcionamento linguístico-enunciativo, portam traços que revelam a maneira pela qual são valoradas culturalmente nas sociedades – valores que se presentificam nas enunciações em sala de aula e revelam ser a escrita a forma mais prestigiada e idealizada de conversão da língua em discurso no contexto de ensino.

Cumpra verificar, portanto, em que e como as experiências do homem, neste caso do aluno, manifestas pela enunciação falada e pela enunciação escrita se distinguem e como podem ser problematizadas em situação de sala de aula.

Para explorarmos o funcionamento linguístico-enunciativo das modalidades falada e escrita, seguiremos, em um primeiro momento, as pistas de Benveniste. O próprio linguista, ao longo de seus escritos, elencou peculiaridades de uma e de outra modalidade enunciativa – seja desde o ponto de vista das categorias de pessoa (*eu-tu*), de tempo (*agora*) e de espaço (*aqui*), seja desde o do processo de atribuição de referência (*ele*) –, deixando um vestígio aqui e outro ali que nos permitem distinguir a enunciação falada da enunciação escrita (cf. KNACK, 2012) e pontuar as consequências advindas dessa distinção no que diz respeito à experiência do homem na e pela linguagem.

Diz Benveniste (1989, p. 68) que “todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e a *ele*” e que “aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele-mesmo que fala”. Assim, a cada vez que é assumido, este *eu* se transforma em uma “designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa” (BENVENISTE, 1989, p. 69). Considerando, primeiramente, o discurso falado, verificamos que *eu* e *tu* partilham a referência da categoria de pessoa, o que se torna possível pela *inversibilidade* entre as pessoas: o *eu* se inverte em *tu*, e o *tu* em *eu* (eis o princípio da *intersubjetividade*). Como a categoria de pessoa liga-se necessariamente à de tempo e, por conseguinte, à de espaço, verificamos que, no discurso falado, locutor e alocutário também partilham o *tempo* presente e, de modo geral, o *espaço*. Dessa forma, um refere e o outro correfere no *aqui-agora* da enunciação e, conjuntamente, locutor e alocutário ajustam os sentidos, os quais relevam dessa *situação enunciativa* relacionada ao conjunto de circunstâncias que constituem a referência no discurso.

A enunciação falada parece constituir, assim, uma relação predominantemente de conjunção *eu-tu*: a enunciação de um está na dependência da enunciação do outro e a estrutura de diálogo se configura a partir da *comunhão* dos elementos de tempo e, ocasionalmente, de espaço e da alternância dos papéis de protagonistas da enunciação. Desse modo, o preenchimento de um *lugar* na estrutura enunciativa do discurso falado está na dependência do *tu*, dá-se a partir e juntamente a esse *tu*, ao mesmo tempo em que se opera em disjunção ao *tu*, uma vez que o locutor integra o discurso do alocutário ao mesmo tempo em que retoma os elementos do discurso deste para constituir o seu (cf. KNACK, 2012).

Já na enunciação escrita, locutor e alocutário não partilham o tempo e o espaço e dessa particularidade advém uma série de propriedades que caracterizam a modalidade escrita de enunciação. O discurso escrito é concebido em um espaço e em um tempo específicos, que são, também, para o locutor, um *aqui-agora*: o *eu*, aquele que se apropria da língua e escreve, convertendo-a em discurso, está situado em um *aqui-agora* e se dirige a um *tu*, real ou imaginado, implícito ou explícito neste discurso. Esse alocutário, previsto quando do ato de escrita, pode ser até mesmo um desdobramento do *eu*: esse *eu-leitor*

pode fazer as vezes do *tu*. Tanto esse *eu* quanto esse *tu* podem estar explicitamente marcados por meio de índices específicos ou permanecer implícitos no discurso. No entanto, esse *tu* da alocação (que não o *eu-leitor*) está ausente do momento em que o ato enunciativo da escrita se instaura e, ao deparar-se com o produto textual, precisa *re-constituir* o caminho traçado pelo *eu* (aquele que escreveu). O tempo não é mais o tempo presente da escrita: no momento em que seguramos a caneta e traçamos o *eu*, esse *eu* se atualiza e, a partir do conjunto único de circunstâncias que o provoca, assume seu sentido; no exato instante em que a tinta finaliza seu traçado, esse *eu* se esvai, sua referência não é mais a mesma. Agora, o *eu* traçado em tinta convoca a leitura e, pela leitura, instaura-se um novo tempo e um novo espaço, advindos dessa nova enunciação e, conseqüentemente, uma nova referência também se instaura (cf. KNACK, 2012).

Assim, enquanto no discurso falado as referências e os sentidos são partilhados e ajustados entre os parceiros da alocação no tempo presente, no discurso escrito há um esforço para torná-los apreensíveis para um alocutário que está distante. Nesta modalidade, a *disjunção eu/tu* coloca-se como fator primeiro: aquele que escreve está em tempo e lugar distintos daquele a quem se dirige e, dada a ausência desse alocutário e a impossibilidade de inversibilidade simultânea ao ato enunciativo, atribui um lugar a esse outro no discurso que constitui. A *disjunção eu/tu*, na escrita, aponta para o movimento em que aquele que escreve se responsabiliza “pela constituição de si e do outro na enunciação” (SILVA, 2011) – já que o alocutário está ausente no tempo da escrita. Isso não significa que não haja, também aqui, a dupla apropriação verificada na fala, pois ao escrever o locutor apropria-se da língua e dos discursos escritos ou falados de outros locutores para constituir o seu: pode retomá-los, parafraseá-los, contradizê-los etc. para, integrando-os ao seu discurso escrito, constituir sentidos; a diferença está em que essa apropriação não se dá no espaço-tempo partilhado pelos alocutários e, devido a essa especificidade, a *semantização-sintagmatização*<sup>1</sup> do discurso escrito difere da do discurso falado (cf. KNACK, 2012).

As propriedades linguístico-enunciativas apontadas até então evidenciam que, embora o conjunto de formas disponíveis pelo aparelho formal da língua ao locutor sejam as mesmas em ambas as modalidades de enunciação, a semantização da língua ocorre de modo distinto na fala e na escrita, fazendo com que as experiências do homem na e pela linguagem sejam também distintas em cada modalidade – fato que buscaremos explorar na próxima seção.

Conforme já mencionamos nas seções iniciais deste artigo, é a conversão da língua em discurso que permite para aquele que enuncia representar a realidade e para aquele que o ouve/lê recriar a realidade. Mas que realidade é essa? Trata-se da realidade de discurso que simboliza os acontecimentos e a experiência dos acontecimentos, os quais, no contexto deste artigo, são trazidos pelos participantes (alunos, professor e colegas) para o tempo e para o espaço da sala de aula. Assim, ao fazer (re)nascer os acontecimentos e a experiência dos acontecimentos – representando-os para si e recriando-os para o outro – ora pela fala ora pela escrita, o aluno experiencia dois modos de fundar-se como sujeito, os quais se particularizam em virtude de seu funcionamento linguístico-enunciativo, mas também em virtude de sua constituição simbólico-cultural.

Nestes usos da língua, situada na cultura, que fundam tanto o aluno quanto os outros (professor e colegas), vemos a inter-relação dos termos *língua, homem e cultura*,

---

<sup>1</sup> A expressão *semantização-sintagmatização*, cunhada a partir das reflexões benvenistianas, diz respeito aos procedimentos pelos quais o sentido se forma em palavras no discurso. Considerando a relação *forma-sentido*, percebemos que o arranjo dessas formas (a sintagmatização) dá-se em vista de sua semantização, isto é, em vista da constituição dos sentidos no discurso.



pois, como explica Benveniste, “na linguagem unifica-se esta dualidade de homem e de cultura, de homem e de sociedade, graças à propriedade de significação” (BENVENISTE, 1989, p. 242). Como, de acordo com Benveniste, a enunciação contém referência a uma situação dada, pois falar é *falar de* (1989, p. 63) e, “falando, nós nos referimos a situações que são sempre situações presentes ou situadas em função do presente” (1989, p. 32), esse *falar de* implica falar ou escrever desde um *lugar* enunciativo, que se preenche a partir da relação intersubjetiva com um outro homem, com a língua e com a cultura. Essas relações são, também, impressas no discurso produzido, seja falado, seja escrito, constituindo sua significação.

Nessa direção, o autor explica que se o sentido da frase é a ideia que ela exprime, “a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar.” (BENVENISTE, 1989, p. 231). E esse conjunto de circunstâncias tem a *cultura* como elemento constituinte, posto que definida pelo linguista como a “expressão privilegiada da sociedade” (BENVENISTE, 1989, p. 94) e

como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradição, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade [...]. (BENVENISTE, 1995, p. 32)

Se a cultura, fenômeno simbólico, é capaz de “dirigir o comportamento do homem”, anteriormente a isso ela constitui e é constituída pela linguagem. Logo, de alguma forma a linguagem a revela, isto é, expressa os traços desses valores que estão impregnados no homem. Conforme já apontamos, é Benveniste quem assinala esse posicionamento, explicando que tudo o que é do domínio da cultura deriva de um sistema de valores que, articulados, imprimem-se na língua. E o autor já antecipa: “É, no entanto, um *trabalho difícil trazê-los à luz*, porque a língua não se transforma automaticamente à medida que a cultura se transforma” (BENVENISTE, 1989, p. 22, grifo nosso). Nos discursos produzidos, temos, pois, *efeitos* desse sistema de valores culturais. E, uma vez que estamos no domínio da língua em emprego e em ação,

vemos [...] na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando a vida dos homens. [...] Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo [...]. (BENVENISTE, 1989, p. 229)

Dito isso, perguntamo-nos: como pode o aluno, por meio de suas enunciações faladas e escritas, adequar-se ao mundo escolar/acadêmico? Se “pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma” (BENVENISTE, 1995, p. 32), como este aluno se relaciona com a valoração de seus discursos falados e escritos?

As propriedades linguísticas, enunciativas e culturais discutidas nesta seção evidenciam que a experiência humana na e pela linguagem singulariza-se a cada

enunciação, pois, conforme salientamos, é na interdependência dos termos do trinômio *língua-cultura-homem* que se enlaçam os sistemas de significação – o cultural e o linguístico –, materializados pela fala e pela escrita produzidas pelo homem. E é por isso que, “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (BENVENISTE, 1989, p. 83) e, acrescentaríamos, antes da enunciação, o mundo (a cultura inscrita em uma sociedade) não é senão possibilidade de mundo.

Dessa forma, a experiência de que tratamos é sempre um *experimentum linguae*, nos termos de Agamben (2012, p. 11), no sentido de que é “uma experiência que se sustém somente na linguagem”, fazendo com que aquilo de que se tenha experiência seja a própria língua. Assim, encaminhamo-nos para a análise de fatos de linguagem que põem em relevo as enunciações falada e escrita de um aluno<sup>2</sup> que, na passagem de locutor a sujeito, fez (re)nascer um acontecimento cuja *referência* é a sua própria experiência com e pela língua, simbolizada nos discursos falado e escrito.

### 3 Os discursos falado e escrito em sala de aula: uma dupla experiência

A partir da discussão proposta até então, e com vistas à questão central deste artigo – *considerando que o discurso é o resultado da conversão da língua pelo locutor, como o aluno, em seu ato de produção de discurso (falado e escrito), faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento?* –, deslocamo-la agora para o contexto de sala de aula a fim de problematizar como nele se manifestam os discursos falado e escrito, partindo do papel do professor como aquele que ouve/lê *eu* (o locutor-aluno) e do aluno, como aquele que fala/escreve *eu*, fundando assim uma dupla experiência humana inscrita na relação intersubjetiva inerente à linguagem. Interessa-nos, portanto, refletir acerca dos modos possíveis de o locutor-aluno apropriar-se da língua e, nela, instanciar a si e ao outro na sua constituição como sujeito e na atualização de referências via discurso.

Se retomarmos a problematização de que a linguagem representa a mais alta faculdade inerente à condição humana, a de simbolizar, isso faz da linguagem o princípio da comunicação intersubjetiva pela qual o locutor expressa sua experiência com a “realidade”, a *sua* realidade, uma vez que é sempre dentro da língua e pela língua que homem e sociedade se determinam mutuamente, e, assim, à medida que o homem fala/escreve, aprende com a língua o mundo e a cultura. Exemplarmente, podemos entender que o que essa afirmação releva está na justa medida do que suscita a fala de um aluno no contexto de sala de aula: “Quando eu escrevo uma redação, não consigo me enxergar nela, mas quando eu escrevo no MSN até meus amigos sabem que sou eu quem está escrevendo” (cf. JUCHEM, 2012).

A importância da recuperação dessa fala está justamente no que ela coloca em evidência: a falta de o locutor-aluno não experimentar sua própria presença no texto escrito, quando esta depende da “presença” do outro, do alocutário-leitor. Nesse ponto da reflexão, todas as questões postas sobre as relações homem-linguagem/língua-sociedade/cultura, que colocam em jogo a intersubjetividade constitutiva de todo ato de enunciação falado ou escrito, parecem se unir para responder à fala do aluno e às perguntas que conduzem este artigo, quais sejam: *como o aluno e outros (professor e colegas), juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?* Como um saber e uma experiência na linguagem são produzidos na nossa cultura e quais seus efeitos nas

---

<sup>2</sup> Os discursos falado e escrito do aluno analisados neste artigo são oriundos do primeiro semestre de 2010 do Programa de Apoio à Graduação (PAG) – Projeto Língua Portuguesa: *Leitura e Produção de Textos* que consiste em oferecer aos alunos de graduação, através da forma de oficinas de leitura e produção de textos, a busca de qualificação do desempenho no uso da Língua Portuguesa, principalmente escrita.

enunciações de sala de aula? O que foi “inculcado” no aluno? Que história de enunciações carrega? Como o trabalho com língua materna poderá permitir que o aluno continue produzindo um saber sobre a língua e se historicizando na linguagem?

Nos termos de Benveniste (1989;1995), a intersubjetividade é a experiência central a partir da qual se determina a possibilidade mesma do discurso e, acrescentaríamos, da cultura. Essa experiência “não é descrita, ela está lá, inerente à forma que a transmite, constituindo a pessoa no discurso” (1989, p. 69) e é dada pela própria condição da linguagem que provê os falantes de um tempo linguístico sempre presente, cuja característica é a *dissimetria*, a qual constitui a linha de separação entre o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, sendo evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não se temporaliza senão enquanto previsão de experiência. Conforme o autor, é essa dissimetria que está na natureza desigual da experiência.

Lido por Agamben (2012), o tempo linguístico-enunciativo encontra lugar sob a ideia de historicidade formulada pelo filósofo. Como já mencionamos, a historicidade do ser humano encontra seu fundamento na descontinuidade entre língua e discurso, a qual possibilita que o modo como o locutor-aluno se apropria da língua se renove a cada ato de enunciação falado ou escrito. Tal descontinuidade – ou, diríamos, dissimetria –, problematizada por Agamben (2012), é o que torna possível a história e, por conseguinte, a cultura, uma vez que esta se define como um conjunto de traços particulares à sociedade impressos em cada língua. Nesse sentido, é essa relação historicidade-descontinuidade inscrita na linguagem que cria as (im)possibilidades do modo como cada um se coloca em vista do outro e que possibilita que a comunicação intersubjetiva se refaça e se renove na e pela linguagem, assim refazendo e renovando a própria cultura e, conseqüentemente, (re)imprimindo novos valores na língua.

Logo, é essa experiência humana inscrita na linguagem que possibilita ao locutor-aluno fazer renascer a sua experiência de estar na língua, seja pelo modo falado, seja pelo escrito, uma vez que essa experiência se reatualiza pela articulação semiótico-semântico, sendo possível, por essa reatualização, deixar a in-fância, em que não se é sempre já falante, para entrar na infância como a conversão radical da língua em discurso:

[...] O semiótico nada mais é que a pura língua pré-babélica da natureza, da qual o homem participa para falar, mas de onde se encontra sempre no *ato de sair* para a Babel da infância. Quanto ao semântico, este existe apenas na emergência momentânea do semiótico na instância do discurso, cujos elementos – logo depois de proferidos – recaem na pura língua, que os recolhe em seu mudo dicionário de signos. Somente por um instante, como os golfinhos, a linguagem humana põe a cabeça para fora do mar semiótico da natureza. Mas *o humano propriamente nada mais é que esta passagem da pura língua ao discurso*; porém este trânsito, este instante, é a história. (AGAMBEN, 2012, p. 68, grifos nossos)

Mais uma vez, percebemos a interdependência dos termos do trinômio *língua-cultura-homem* sob o qual se conjugam os sistemas cultural e linguístico, materializados pelos discursos falado e escrito produzidos pelo homem. Não há, pois, como conceber a cultura sem a intervenção da linguagem, e se a linguagem comporta a enunciação, a

cultura é *um* dos seus aspectos transversais – eis aqui nosso olhar metodológico<sup>3</sup>. Nesse sentido, o locutor-aluno herda não somente o tesouro simbólico-cultural do outro-professor/colegas, mas o valor cultural inscrito na própria relação intersubjetiva que se estabelece entre eles no *aqui-agora* (sala de aula) e que se refaz a cada ato de enunciação falado ou escrito, fazendo “emergir a variação da referência na estabilidade da significação” (BENVENISTE, 1989, p. 100). Sob essa perspectiva, é possível dizer então que a cultura é um *vestígio* da história de enunciações, porque cada homem, ao se enunciar, deixa seu traço impresso na língua da qual faz uso para estabelecer relação com o outro.

Por esse traçado, compreende-se o papel fundamental do *tu*-professor/colegas como aquele que reconstitui a história de enunciações, buscando atribuir sentidos aos discursos falado e escrito do *eu*-aluno para, em seguida, recriá-los e ressignificá-los. O *tu*, professor/colegas, participa sempre desse *ato* do locutor *de cair na língua e na palavra*, pois é, enfim, somente em vista do *tu* que o locutor-aluno *faz a língua entrar em ação como discurso*, ou seja, é somente pelo outro que o *eu*-aluno passa a significar e a referir pelo discurso, conforme Benveniste: “cada um fala a partir de si. Para cada falante, o falar emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou aos outros” (1995, p. 101). Como efeito, o outro é de fato aquele que, na estrutura enunciativa, concede ao locutor o seu lugar de constituição como sujeito, sendo esta, portanto, individual e social. É o tempo e o espaço em que a linguagem humana, parafraseando Agamben (2012, p. 68), “põe a cabeça para fora do mar semiótico da natureza”. É esse momento de emersão, momento de inserção do discurso no mundo, que abre a possibilidade para professor e alunos se historicizarem na linguagem.

Desse modo, é a situação de discurso em que se inscrevem *eu* e *tu* – no caso, a sala de aula – que define o sentido e a referência do mundo da experiência, uma vez que o sentido da *frase* (discursos falado e escrito) é a ideia que a exprime e a referência, o estado de coisas que a provoca, donde resulta que a significação e a historicidade se tornam inseparáveis na enunciação. Reitera-se, aqui, mais uma vez, o tempo linguístico como o fundamento da comunicação intersubjetiva, assinalando a relação viva entre os interlocutores a cada vez reinventada no e pelo discurso, e que mesmo sob a mesma experiência, não admite reedição – porque a experiência é o próprio tempo da enunciação (cf. JUCHEM, 2012).

Com base nessa reflexão, recuperamos a enunciação falada do aluno para problematizar como ele está culturalmente constituído pelo outro, professor/colegas, este que é portador da cultura e que produz correferências, representando para aquele o lugar que cada um ocupa na língua enquanto instituição social. Nesse sentido, pensamos ser a proposta de escrita em sala de aula pelo professor a valoração da enunciação falada do aluno de modo a resgatar sua história de enunciações e a ressignificá-la. Se considerarmos que do tema de escrita depende a constituição da subjetividade do locutor-aluno, instituindo um lugar de enunciação a ser ocupado e valorizando sua experiência do acontecimento, o tema da proposta de escrita em sala de aula como *Minha presença na universidade* nos parece ir ao encontro da necessidade requerida pela enunciação falada do aluno, que proclama justamente o reconhecimento de um lugar de enunciação no qual possa experienciar sua própria presença como pessoa única enunciando *eu*. Assim, o tema *Minha presença na universidade*, de fato, convoca o aluno a se colocar na posição de locutor

---

<sup>3</sup> Considerando que a cultura é transversal à língua, o ponto de vista do analista que a considere não deve levar em conta primeiramente *onde* está a cultura, mas, sim, *como* ela se manifesta na língua. Nesse sentido, buscamos refletir, neste artigo, *como* a cultura é transversal ao ato de apropriação da língua pelo locutor-aluno, à situação de discurso de sala de aula e aos instrumentos linguísticos dos quais ele se serve para se enunciar, ora pela fala ora pela escrita.

para a experiência de si mesmo na enunciação escrita, como veremos em nossa análise. E se o locutor-aluno se vê convocado pelo tema de escrita, é justamente porque instaura, na outra ponta, um alocutário disposto a participar da estrutura enunciativa.

Para exemplificar as questões suscitadas por este artigo, apresentamos a análise de um fato enunciativo de linguagem cujo recorte<sup>4</sup> consiste no primeiro parágrafo do texto produzido pelo aluno após a proposta do tema de escrita, conforme segue.

Minha presença na Universidade

Oi pessoal, meu nome é (nome do aluno) vocês já me conhecem, eu sou aquele cara louco da engenharia que não conseguiu <sup>entrar para</sup> o curso de cálculo e foi para o de português mesmo. Eu entrei este ano na ~~UFPR~~ UFRGS, no curso de engenharia cartográfica, e passei na minha segunda tentativa de entrar na UFRGS. Ano passado tentei para engenharia da computação, e ainda não sei <sup>ao certo</sup> se vou continuar na cartográfica ou vou trocar para a computação, mas não me preocupo com isso agora.

Figura 1 - Trecho do texto produzido pelo aluno<sup>5</sup>.

Pela leitura desse trecho, vemos que de convocado pelo tema da escrita, *Minha presença na universidade*, o qual valoriza a experiência do aluno na universidade, este passa a convocar o outro, o alocutário-professor/colegas<sup>6</sup> na enunciação escrita, tal como se marca especialmente pelo primeiro parágrafo: “Oi, pessoal”, “meu nome é [...]”, “vocês já me conhecem”, “sou aquele cara louco da engenharia”, cujas formas remetem a uma “oralidade” constitutiva do *MSN* que remonta à simultaneidade do diálogo, em que o aluno se vê na experiência subjetiva quando constituído pelo outro.

A presença do outro é, pois, condição necessária para que o locutor-aluno se aproprie da língua e se constitua como sujeito na enunciação escrita, colocando a língua em uso como referência a si próprio, posto que toda enunciação pressupõe o outro, o alocutário, colocando em cena o ato de intersubjetividade que a constitui. Exemplo disso é a emergência dos índices de pessoa (*eu-tu*) ao longo do enunciado, explicitamente: “eu sou aquele cara”, “vocês (um *tu* expandido) já me conhecem”, “eu entrei este ano na UFRGS”. Contudo, isso não significa que as formas de *eu* e de *tu* precisem figurar explicitamente no discurso, uma vez que elas não remetem a uma “representação concreta da pessoa”, mas a uma posição na enunciação e, conseqüentemente, na linguagem. O curioso do emprego da forma de *tu* (“vocês”) no enunciado do aluno é que ela, ao mesmo tempo, refere-se ao alocutário e ao locutor: ao alocutário-professor/colegas como a posição de contraste constituída no discurso; ao locutor-aluno como aquele que fala de si próprio na

<sup>4</sup> Flores et. al. (2008) orientam que um fato enunciativo pode ser apresentado em *recortes* à medida que possibilitam enfocar mais detidamente a cena enunciativa referente à situação de discurso.

<sup>5</sup> Texto na íntegra em JUCHEM (2012).

<sup>6</sup> O fato de o aluno se dirigir também aos colegas, partícipes do contexto de enunciação em sala de aula, deve-se à metodologia particular do processo de escrita em sala de aula a qual prevê, antecipadamente, a leitura do texto escrito pelo aluno para a turma e para o professor.

universidade. Além disso, a proposição “você já me conhece” expressa uma retrospectiva, ou seja, uma anterioridade ao momento da enunciação escrita que remonta à enunciação falada do aluno (cuja voz está inserida no texto) com relação ao professor/colegas.

Podemos perceber ainda que o locutor-aluno se serve do aparelho de funções da língua para assinalar esse lugar face ao outro através de formas análogas à exclamação, como “Oi, pessoal”, “eu sou aquele cara louco da engenharia” e das formas de asserção, cuja característica é “a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” (BENVENISTE, 1995, p. 86), como “meu nome é [...]”, “você já me conhece”, “eu sou aquele cara”, “eu entrei este ano na UFRGS”, que, além de apontar para a enunciação anterior, a proposta do tema de escrita, indicam as atitudes do locutor-aluno na manifestação de sua presença, convocando o alocutário-professor/colegas a responder, a correferir e a estar presente, apelando, chamando, exclamando, enfim, estabelecendo uma relação viva entre *eu* e *tu* numa referência necessária ao tempo da enunciação para inscrever sua experiência humana na linguagem com o outro.

O fundamento linguístico da subjetividade põe em jogo as relações espaciais e temporais, visto estarem na relação com a instância de discurso e na dependência do *eu*-aluno. De fato, “das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica como aquelas que exprimem o tempo”, conforme Benveniste (1995, p. 70). Nesse sentido, os instrumentos linguísticos, especialmente os índices de ostensão, visam a resgatar o tempo da enunciação escrita, dividir esse tempo com o alocutário, convocá-lo ao seu presente de enunciação, situando-o no seu *aqui-agora*, tal como demonstram as marcas espaço-temporais: “entrei este ano na UFRGS”, “ano passado”, “não me preocupo com isso agora”, entre outras formas, como as modalidades formais (modos do verbo, fraseologia), tal como “ainda não sei ao certo se vou continuar”, “sou aquele cara que não conseguiu... e foi para o de português mesmo...”, “passei na segunda tentativa”, “ou vou trocar, não sei ainda”.

É interessante observar que as marcas de tempo-espaço parecem recuperar a experiência dialógico-enunciativa de simultaneidade do *MSN*, de o locutor-aluno sentir-se presente, lido, *enxergado*. Tais marcas, além de assinalarem a sua presença “concreta” na universidade, segundo o tema *Minha presença na universidade*, retomam e marcam a situação específica criadora de referência e marcam o reconhecimento pelo aluno da correferência instaurada entre sua enunciação falada e sua enunciação escrita a qual possibilita ressignificar seu lugar de enunciação. Desse modo, podemos depreender que os sentidos produzidos pelo locutor-aluno fundem-se na situação de enunciação e nos sentidos atribuídos no discurso pelo alocutário-professor/colegas. Isso caracteriza a semantização da língua na sintagmatização do discurso, ou seja, a conversão e a atualização da língua em discurso, cujo efeito irrompe da enunciação escrita.

Com relação a esse fato enunciativo, percebemos que o locutor-aluno mantém uma marca específica de “oralidade”: “Oi, meu nome é [...]”. Relacionando-a à sua enunciação falada em sala de aula, entendemos que essa marca dá a representação do próprio sujeito no enunciado, é constitutiva de sua subjetividade, de sua necessidade em estabelecer uma relação viva e imediata com o alocutário-professor/colegas, tal como no *MSN*, na medida em que mostra a sua necessidade de se marcar como *eu* e ao mesmo tempo instanciar o *tu*. Esse modo particular de “entrada” do locutor-aluno na escrita universitária parece romper com a imagem construída na sua história de enunciações com o texto escrito no espaço de sala de aula, constituindo-se como um movimento inicial rumo à sua instanciação subjetiva na escrita acadêmica.

Dessa forma, pensamos que, nesse caso, a marca de oralidade do locutor-aluno, como “Oi, meu nome é...”, na verdade é uma marca de um *autorizar a dizer* do alocutário-professor/colegas no ato de enunciação escrito que assinala, acima de tudo, o reconhecimento de um espaço de enunciação em que o locutor-aluno possa se constituir como sujeito no discurso escrito (cf. JUCHEM, 2012). Logo, esse movimento é condição inicial para o locutor-aluno preencher o seu lugar de enunciação como sujeito e, por conseguinte, constituí-lo em um processo de apropriação de escrita sempre renovado, uma vez que acreditamos que a alteração da relação do aluno com a modalidade escrita está vinculada à relação intersubjetiva que se instaurou a partir da sua enunciação falada cujo reconhecimento pelo professor possibilitou recriar sua experiência do acontecimento em sala de aula.

De fato, o locutor-aluno “representa”, materializa a sua realidade, que é a do discurso, visto que a linguagem propicia sempre “um substituto da experiência” a ser comunicado indefinidamente no tempo e no espaço. Percebemos que o alocutário-professor é o responsável por recriar essa realidade pelo gesto de escuta da enunciação falada do aluno, isso em duas dimensões: de um lado, o professor recria o acontecimento da enunciação falada, reconstrói e ressignifica os sentidos como alocutário; de outro, e em razão do precedente, recria, como locutor, a realidade para o aluno e o insere em uma nova experiência de enunciação escrita, a partir da proposta do tema *Minha presença na universidade*, que inscrita na cultura da sala de aula que leva em conta a intersubjetividade como pressuposto no processo de escrita, possibilita ao aluno ocupar um novo lugar enunciativo no qual possa se singularizar em seu dizer e por ele ser reconhecido pelo outro.

Concentrando-nos nessa questão, compreendemos por que, no *MSN*, o locutor-aluno se constitui como pessoa do discurso e se propõe como sujeito, diferentemente do que acontece na redação escolar, onde isso falta. Como vimos, é a inversibilidade enunciativa que torna possível ao locutor-aluno instanciar-se como sujeito, visto este estar constituído por um *tu*, assim como se mostra presente na alocação do *MSN*, a qual prevê a presença “simultânea” do alocutário, uma vez que, por se tratar de um comunicador instantâneo, assume o protótipo de uma modalidade falada. Nesse ponto, entra em questão a imagem distorcida do que “se pode ou não” dizer na fala e/ou na escrita como modalidades de enunciação. Confrontando essa visão dicotômica ainda perceptível atualmente, salientamos que fala e escrita são modalidades da linguagem humana e que não se trata de uma representar a outra, visto cada uma apresentar suas particularidades, como já foi discutido; ambas se caracterizam como práticas comunicativas que se agrupam no mesmo sistema linguístico (cf. JUCHEM, 2012).

O fato de o *MSN*, na instância da cultura, representar para o aluno um espaço onde possa manifestar a expressão de sua singularidade em vista de uma inversibilidade imediata com o outro corresponde, de certo modo, às necessidades de comunicação que se aproximem de um contexto “real”, ou seja, de um contexto de enunciação em que figurem dois protagonistas que se invertam e que se proponham alternadamente como sujeitos. Em contrapartida, a redação escolar, na história de enunciações da escrita no contexto de sala de aula, conforme atesta a fala do aluno, carrega um sistema simbólico-cultural de referências que não concede o espaço de constituição da subjetividade ao escrevente, em vista da posição ocupada pelo professor como um produtor de referências do gênero como um mero instrumento de correção das *formas*.

Contrariamente a essa posição, percebemos que uma proposta de escrita que valoriza a experiência do aluno renova essa imagem à medida que recupera o ato de

enunciação como uma maneira de *fazer sentido* para o locutor-aluno atribuída à “presença” do alocutário-professor/colegas que o constitui ao mesmo tempo como sujeito individual e social. Isso significa que, ao se enunciar por escrito, o locutor-aluno só se constitui como sujeito enunciando *eu* quando pressupõe o retorno de *tu*. É com respeito ao alocutário-professor/colegas que o aluno renova a sua experiência como locutor e instaura novas realidades para o discurso. Assim como testemunha Benveniste (1995, p. 69), “desde que o pronome *eu* aparece no enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda”.

Nesse sentido, se lembrarmos de que “nenhuma língua é separável de uma função cultural” (BENVENISTE, 1995, p. 24), o outro, o alocutário-professor/colegas, assume a representação da cultura, da instituição social, do saber, da leitura e da avaliação, e por isso mesmo representa para o aluno um *poder dizer*, um *poder mostrar-se* de locutor através de sua enunciação escrita (cf. JUCHEM, 2012). A partir da consideração e da valoração pelo professor da experiência do aluno manifesta por sua enunciação falada, aquele passa a ser um eco de retorno do texto pela condição intersubjetiva de todo ato de linguagem. A reconfiguração dessa relação reorganiza ao mesmo tempo os lugares de enunciação, fazendo (re)nascer, para o aluno, o acontecimento e a sua experiência do acontecimento.

No decorrer dessa reflexão, compreendemos a fala de Silva (2009, p. 158) de que “o modo como cada locutor se apropria da língua e instaura o alocutário no momento da enunciação é definidor de um apropriar-se depois, já que o sujeito produz sempre novos sentidos a partir de outros já existentes”. Assim, a língua aparece, novamente, como mediação entre o *eu* e o *outro*, entre o que é individual e o que é social, em cuja relação – *língua-cultura-homem* – instaura-se o fundamento linguístico da subjetividade. Essa relação reforça o caráter social-cultural da língua, o que nos faz compreender que o locutor-aluno aprende com o alocutário-professor/colegas o seu lugar no mundo da enunciação – falada ou escrita –, de modo que ele não fabrica sua língua sozinho, mas na relação com o outro.

Enfim, esperamos que nossa análise, mesmo que sumariamente, possa contemplar a enunciação falada e a enunciação escrita como modos de instauração do locutor-aluno na língua, nela instanciando a si e ao outro, professor/colegas, em sua constituição como sujeito e na atualização de referências via discurso. Desse modo, entendemos aqui como o locutor-aluno pode fazer (re)nascer o acontecimento – representando-o para si e recriando-o para o outro – cuja referência é a sua própria experiência com e pela língua, simbolizada nos discursos falado e escrito, fundando assim uma dupla experiência humana em sala de aula.

### **Para finalizar**

Como vimos ao longo de nossa reflexão, a partir de Benveniste, a possibilidade de o aluno fundar-se nas enunciações falada e escrita de sua língua materna está na faculdade humana de simbolizar, a qual atribui ao discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o alocutário, recria a realidade. Nesse sentido, sob a articulação das relações homem-linguagem/língua-sociedade/cultura, nosso artigo procurou responder especificamente à *como o aluno, em seu ato de produção de discurso (falado e escrito), faz renascer o acontecimento e a sua experiência do acontecimento*.



Sob essa consideração, depreendemos que aquele que fala/escreve, o locutor-aluno, assim como aquele que ouve/lê, o alocutário-professor/colegas, faz renascer pelo discurso o acontecimento e a *sua* experiência do acontecimento. A “realidade” que o locutor-aluno representa pelos discursos falado e escrito nada mais é do que a emergência da natureza simbólica da linguagem, segundo a qual a enunciação não é um simples reflexo do mundo, mas uma classificação, uma categorização da “realidade” por parte de cada indivíduo, inscrito em uma determinada língua e, por conseguinte, em uma determinada cultura. Como observamos, a historicidade do ser humano encontra seu fundamento na descontinuidade entre língua e discurso, sendo ela a possibilitar que o modo como o locutor-aluno se apropria da língua se renove a cada ato de enunciação falado ou escrito.

No contexto de sala de aula, percebemos que o alocutário-professor/colegas é aquele que, por um lado, recria a realidade do aluno pelo gesto de escuta da sua enunciação falada, reconstrói e ressignifica os sentidos como alocutário; e, por outro, recria, como locutor, a realidade para o aluno e o insere em uma nova experiência de enunciação escrita, a partir de um tema que o convoca a ocupar um novo lugar enunciativo no qual possa se singularizar em seu dizer e por ele ser reconhecido pelo outro – constituindo assim, a cada vez, pela linguagem, uma nova experiência humana em sala de aula.

O problema da significação está no centro de uma teoria enunciativa, pois, antes de qualquer coisa, a linguagem significa; essa é, para Benveniste (1989, p. 222), a sua função primordial que assegura as demais funções dela no meio humano. A significação encontra seu lugar no exercício do discurso, espaço onde o homem pode experimentar-se vivendo na linguagem. À falta de linguagem, não haveria a possibilidade de sociedade, nem de humanidade. Por isso, a experiência humana na linguagem é o que permite ao homem historicizar-se na sua língua materna para fundar-se na dupla natureza (individual e social) dessa língua. A sala de aula de língua portuguesa é um lugar privilegiado para o aluno viver sua experiência na linguagem, e o papel do professor é o de chamar o aluno para continuar a sua história de enunciações faladas e escritas, que prosseguirão sendo reinventadas durante toda a vida a cada nova inserção de seu discurso no mundo.

## **SILVA, C. L. DA C.; KNACK, C.; JUCHEM, A. THE LANGUAGE AND THE HUMAN EXPERIENCE IN THE CLASSROOM**

### **Abstract**

Based on the reflections of Émile Benveniste about language, man, society and culture (in *Problems in General Linguistics I and II*), this article aims to devise an anthropological and cultural concept of “man” related to the notion of symbolic language. From this, the reflection is displaced to the classroom context, trying to answer the following question: considering that, according to an enunciative perspective, discourse is the result of the conversion of language by the speaker, how does a student, in his/her act of producing discourse (both spoken and written), revive an event and his/her experience of the event? First, some enunciative concepts underlying this question are reviewed and, by linking them to the reflections of the philosopher Giorgio Agamben, the notions of discourse and experience are emphasized. Then, in order to discuss how men experience speaking and writing, the constitution and the linguistic-enunciative functioning of spoken and written discourses are discussed. Finally, an analysis of language facts from spoken and written

enunciations of a student is presented. This itinerary shows that the student-speaker revives the event and the experience of the event based on his/her relations in and with language and the other, situated in culture.

### **Keywords**

Enunciation; discourse; experience.

## **REFERÊNCIAS**

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BENVENISTE, Émile (1966). *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- FLORES, Valdir do Nascimento; SILVA, Silvana; LICHTENBERG, Sônia; WEIGERT, Thaís. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- JUCHEM, Aline. *Por uma concepção enunciativa da escrita e re-escrita de textos em sala de aula: os horizontes de um hífen*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Carmem Luci da Costa Silva. Porto Alegre, 2012.
- KNACK, Carolina. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Carmem Luci da Costa Silva. Porto Alegre, 2012.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Nota sobre o discurso. In: \_\_\_\_\_. *Escritos de linguística geral*. Organização e edição de Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SILVA, Carmem Luci da Costa. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. São Paulo: Pontes, 2009.
- \_\_\_\_\_. Os movimentos enunciativos da criança na linguagem. VII Congresso Internacional da Abralín. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 77-94, 2ª parte, 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/revista/RVE2/3v.pdf>>. Acesso em: 02 Abr. 2012.